1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2019–MPPA, QUE FAZEM ENTRE SI O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A SRA. LORENA SOUZA MARTINS.

Pelo presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº. 107/2019–MPPA**, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, com sede à Rua. João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, CEP: 66.015.160, Belém-Pa, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, Inscrição Estadual 15.191.153-3, Inscrição Municipal 1500722, doravante denominado **LOCATÁRIO**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, **Dr. ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO**, domiciliado e residente em Belém e a Sra. **LORENA SOUZA MARTINS**, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade de Belém/PA, doravante denominada **LOCADORA**, têm entre si justas e acordadas as cláusulas e condições seguintes, objeto do presente Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Considerando o pedido da fiscalização e de acordo com a decisão proferida no Protocolo GEDOC nº **106451/2025**, fica alterada a Cláusula Terceira do contrato que trata da **VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO**. O mencionado instrumento contratual, cujo **objeto é a locação de imóvel (conjunto de salas, nº 101 a 105, incluindo 05 vagas de garagem), situado à Avenida Senador Lemos, nº 443, Ed Village Executive, bairro: Umarizal, na cidade de Belém/PA**, para funcionamento da sede de 3 (três) unidades do MPPA: Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF), Câmara de Tratamento de Conflitos Agrários (CTCAF) da 1º Região Agrária e Núcleo Permanente de Incentivo a Autocomposição (NUPEIA), decorreu da Dispensa de Licitação nº 024/2019-MPPA.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Fica **prorrogado** o prazo de **VIGÊNCIA** do Contrato por mais **12 (doze) meses** a partir de **19/08/2025 até 18/08/2026**, com fundamento no art. 62, §3º, I, da Lei n.º 8.666/1993 c/c o art. 51 da Lei n.º 8.245/1991 (Lei do Inquilinato).

2.2. Fica **ressalvado** o direito à análise do pedido de reajuste do preço deste contrato, sendo necessário que seja realizado nos termos da cláusula contratual que rege o Reajuste, com protocolo até a data em que se completar cada período de 12 meses da vigência do contratual

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Programa de Trabalho: 12101. 03. 091. 1494. 8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais;

Natureza de Despesa: 339036.01 – Outros Serviços de. Terceiros – Pessoa. Física – Condomínios; 339036.15 – Outros Serviços de. Terceiros – Pessoa. Física – Locação de Imóveis;

Fonte de Recursos: 01.500.0000.01 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. E por estarem justos, contratados e de comum acordo, assinam o presente, que declaram haver lido, na presença de duas testemunhas, para que possa produzir seus efeitos legais.

Belém, 31 de julho de 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Locatário

LORENA SOUZA MARTINS
Locadora

Testemunhas:

1) _____

2) _____